



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO				
			EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 111/2023	Nº
AUTOR: DEPUTADO DELEGADO LUCAS - PP				
<p>Altera a redação do artigo 4º do projeto de lei nº 111, de 28 de junho de 2023 que “Institui no calendário estadual o dia 25 de março, como Dia Estadual pelo Fim do Feminicídio, no âmbito do Estado de Rondônia e designa a inflorescência do Girassol, <i>Helianthus Annus</i>, como símbolo do enfrentamento da violência contra as mulheres e do feminicídio</p> <p>Art. 1º Fica alterada a redação do artigo 4º do projeto de lei nº 111, de 28 de junho de 2023, que passa avigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação”.</p> <p>Sala das Comissões, 09 de agosto de 2023.</p> <p>Delegado Lucas Torres Deputado Estadual Membro CCJR</p>				

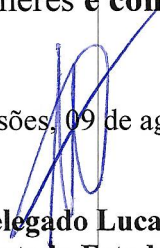


Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO			EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 111/2023	Nº
	AUTOR: DEPUTADO DELEGADO LUCAS - PP			
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Excelentíssima autora da proposta, Excelsior Parlamento.</p> <p>Em vista do teor do artigo 4º invadir competência privativa do poder executivo, sugerimos sua alteração. Analisando a competência, a matéria está inserida na competência concorrente, mas para seguir adiante sem prejuízo, requer a observância de algumas regras, sendo a principal a vedação em criar atribuições aos órgãos do Poder Executivo, sob pena de violação ao princípio constitucional da separação dos poderes, encartado no art. 2º da Constituição Federal.</p> <p>Dessa forma, em vista do disposto no texto do artigo 4º verificamos a necessidade de sua alteração. Esclarecemos ainda que, a proposta não detém cláusula de vigência, então, para não ter que suprimir o artigo, apenas alteramos a redação dos dois artigos, 4º e 5º, para se adequarem a proposta.</p> <p>Sendo estas as nossas justificativas, contamos com o apoio desta Comissão.</p>				



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO				
			EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 111/2023	Nº
AUTOR: DEPUTADO DELEGADO LUCAS - PP				
<p>Altera a redação da Ementa do projeto de lei nº 111, de 28 de junho de 2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>Art. 1º Fica alterada a redação da ementa do projeto de lei nº 111/2023 que passa a vigorar com a seguinte redação.</p> <p>“Institui no calendário estadual o dia 25 de março, como Dia Estadual pelo Fim do Feminicídio, no âmbito do Estado de Rondônia e designa a inflorescência do Girassol, <i>Helianthus Annuus</i>, como símbolo do enfrentamento da violência contra as mulheres e contra o feminicídio</p> <p>Sala das Comissões, 09 de agosto de 2023.</p> <p> Delegado Lucas Deputado Estadual Membro CCJR</p>				



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO				
			EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 111/2023	Nº
AUTOR: DEPUTADO DELEGADO LUCAS - PP				
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Excelentíssima autora da proposta, Excelsior Parlamento.</p> <p>Verificamos que as duas alterações são necessárias em vista da necessária correção do nome científico de Girassol, e de melhor entendimento em relação ao símbolo do enfrentamento da violência, contra as mulheres e <u>contra o feminicídio</u>.</p> <p>Por mais redundante que possa parecer, fundamento a referida alteração em vista da necessidade de se observar, quando da redação de uma proposta de lei, a utilização de termos e expressões dispostas de forma clara e que não sugira dúvida interpretação.</p> <p>Dizer que o girassol seja o símbolo DO feminicídio nos parece contrário ao que se propõe, isto porque a palavra ‘feminicídio’ sugere dor e morte, diferente do girassol, que representa, como símbolo no combate à violência, uma metáfora poderosa que carrega significados profundos e inspiradores; representa uma busca pela transformação positiva, pela esperança, e pelo empoderamento em face da adversidade. As expressões, feminicídio e girassol, ao nosso ver no contexto, são antagônicas, assim como vida e morte.</p> <p>Sendo estas as nossas justificativas, contamos com o apoio desta Comissão.</p>				



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO				
			EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 111/2023	Nº
AUTOR: DEPUTADO DELEGADO LUCAS - PP				
<p>Altera a redação do artigo 5º do projeto de lei nº 111, de 28 de junho de 2023 que “Institui no calendário estadual o dia 25 de março, como Dia Estadual pelo Fim do Feminicídio, no âmbito do Estado de Rondônia e designa a inflorescência do Girassol, <i>Helianthus Annus</i>, como símbolo do enfrentamento da violência contra as mulheres e do feminicídio</p> <p>Art. 1º Fica alterada a redação do artigo 5º do projeto de lei nº 111/2023. que passa a vigorar com a seguinte redação.</p> <p>“Art. 5º Revoga-se a Lei nº 4.600 de 19 de setembro de 2019”.</p> <p>Sala das Comissões, 09 de agosto de 2023.</p> <p>Delegado Lucas Torres Deputado Estadual Membro CCJR</p>				



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO				
			EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 111/2023	Nº
AUTOR: DEPUTADO DELEGADO LUCAS - PP				
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Excelentíssima autora da proposta, Excelsior Parlamento.</p> <p>Em vista da existência de Lei dispondo de tema similar, inserindo data como dia de combate ao feminicídio, e sendo a proposta analisada objeto de uma sugestão da rede de enfrentamento, é necessário incluir a cláusula de revogação para a Lei já existente, o qual sugerimos nesta emenda modificativa.</p> <p>Importante destacar que o Direito está sempre em transformação, e já a algum tempo, governantes, parlamentares e especialistas do Direito permitiram-se enxergar a ineficiência da expressão “revogam-se as disposições em contrário” levando a alteração ao Art. 9º da Lei Complementar n.º 95/1998, trazendo a revogação expressa como determinação legal, necessária dos artigos ou leis. Dessa forma, é exigência legal a cláusula de revogação expressa, conforme apresentada nesta emenda.</p> <p>Sendo estas as nossas justificativas, contamos com o apoio desta Comissão.</p>				



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROPOSITURA: Projeto de Lei Ordinária nº 111 de 28 de junho de 2023.

AUTORIA: Deputada CLÁUDIA DE JESUS (PT)

EMENTA: “Institui no calendário estadual o dia 25 de março, como Dia Estadual pelo Fim do Feminicídio, no âmbito do Estado de Rondônia e designa a inflorescência do Girassol, *Helianthus Annus*, como símbolo do enfrentamento da violência contra as mulheres e do feminicídio”.

PARECER: Relator Deputado Delegado Lucas Torres (PP)

I. Do Relatório

“Algumas mulheres conheceram o céu, outras o inferno; umas foram enaltecidas, santificadas, outras demonizadas; mas todas tocaram as profundezas do próprio ser, chegaram ao limite de sua condição e de seu tempo e se eternizaram na história” (Mulheres, Mitos e Deusas: O feminino através dos tempos).

Trata-se de projeto de lei, de autoria da Deputada Cláudia de Jesus (PT), que dispõe sobre o dia 25 de março como dia institucional pelo fim do feminicídio e designa o girassol, como símbolo do enfrentamento da violência contra as mulheres e do feminicídio, “período” a ser utilizado para realizar ações de formulação de políticas eficazes para combater as violências contra as mulheres, resultantes de questões domésticas ou não, para criar mecanismos de prevenção e defesa de suas vidas (art. 2º).

A proposta dispõe, ainda, que na semana que inclui o dia 25 de março, serão realizadas atividades direcionadas para ações como, promoção de campanhas de conscientização sobre o problema do feminicídio, divulgação de boas práticas de respeito à vida das mulheres, monitoramento do processamento dos responsáveis por crimes de feminicídio, dentre outros (art.3º).

O art. 4º por sua vez, autoriza o Poder Executivo a firmar convênios não onerosos com instituições públicas e privadas com a finalidade de elaborar campanhas publicitárias de divulgação, esclarecimentos e difusão, sobre a conscientização das ações para o enfrentamento ao feminicídio, bem como apoiar as atividades constantes no art. 3º.

O art. 5º dispõe sobre sua vigência, a qual passa a vigor, a partir de sua publicação. Nota Técnica emitida pela Consultoria Legislativa desta Casa, se posicionou parcialmente favorável.

Em justificativa a autora discorre que a iniciativa se apoia nas lutas das mulheres brasileiras contra a violência, e em especial contra o feminicídio, que é a forma mais grave de violência contra a mulher. Afirma que o feminicídio é uma prática social culturalmente naturalizada e banalizada há muito tempo.

Traz dados apurados em 2015 que já apontava o Brasil como um dos países mais perigosos para mulheres e meninas. Com embasamento, apresenta estimativa do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

feminicídio nos anos 2020, 2021 e 2022 e que a proposta recebida vem de iniciativa da Frente Levante Feminista.

Justifica a utilização do Girassol, como símbolo de referência.

Com o início do trâmite regimental a proposta acampou na Comissão de Constituição e Justiça e Redação, em cumprimento ao disposto no artigo 29¹ do Regimento Interno, tendo sido designado a mim a sua relatoria, o que passamos a fazê-lo.

É o relatório.

II - Da Constitucionalidade, Legalidade, Técnica Legislativa e Redação.

II.1. Da separação de Poderes

Destacamos que o princípio constitucional da separação dos poderes, está claramente previsto, respectivamente, na Constituição Federal bem como na Constituição Estadual. (art. 2^o e 7^o).

É uma forma de prevenir a usurpação da competência de um poder pelo outro, de modo que suas competências que estão previstas em ambos livros legais, estejam garantidas e, ainda, em razão do princípio da simetria e da separação dos poderes que as matérias devem ser observadas obrigatoriamente no que tange a sua iniciativa.

A constituição do Estado prevê ainda que cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado⁴, e que a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição⁵

II.2. preliminarmente

¹ Art. 29. As competências das Comissões Permanentes são as definidas nos parágrafos deste artigo.

§ 1º À Comissão de Constituição e Justiça e de Redação compete:

I – analisar e emitir parecer quanto aos aspectos constitucionais, legais, regimentais e de técnica legislativa e redacional das matérias que lhe forem distribuídas, inclusive aquelas de competência privativa de outras comissões, concluindo por projeto quando cabível, não sendo permitida a emissão de pareceres e emendas sobre o mérito de projetos de natureza orçamentária, financeira e tributária.

² Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário

³ Art. 7º São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Parágrafo único. Salvo as exceções previstas nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, não podendo, quem for investido em cargo de um deles, exercer o de outro.

⁴ Art. 30. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado.

⁵ Art. 39. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos citados, na forma prevista nesta Constituição.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Damos início a análise do projeto de lei a nós designado sua relatoria, dizendo que o feminicídio, entendido como o assassinato de mulheres devido ao seu gênero, é uma grave manifestação de violência de gênero que persiste em muitas sociedades. Os índices de violência contra mulheres, incluindo o feminicídio, são alarmantes. Dados de organizações de direitos humanos e instituições de pesquisa apontam que o Brasil está entre os países com as taxas mais altas de feminicídio do mundo. E Rondônia, é o segundo Estado do país com maior índice de feminicídios.

Os números apresentados pela Deputada trazem à tona a extensão da violência de gênero e que em muitos casos, os agressores são conhecidos das vítimas, como parceiros íntimos, ex-companheiros ou familiares. Essa proximidade torna a situação ainda mais aterradora, pois evidencia a vulnerabilidade das mulheres dentro de seus próprios círculos sociais e lares. É importante salientar que tais crimes são frequentemente precedidos por um histórico de violência doméstica, demonstrando a necessidade de intervenção e prevenção eficazes em estágios iniciais.

Dito isso, **consideramos todas as medidas adotadas para maximizar o combate ao feminicídio válidas e essenciais, e a criação de um dia voltado para o combate ao feminicídio, como o proposto.**

É uma iniciativa que busca chamar a atenção para essa questão sensível e urgente, bem como incentivar a conscientização, a prevenção e a promoção de políticas e ações que busquem erradicar essa forma extrema de violência.

II.3. da constitucionalidade

Cumprе apontar que, a instituição de datas comemorativas ou celebrativas é atribuição típica da do poder legislativo, e via de regra, tal atribuição se materializa com a inclusão de data comemorativa em calendário oficial, mediante designação do dia, semana ou mês via projeto de lei, o qual possui iniciativa concorrente.

Nesse contexto, a legisladora, **se valeu de uma competência legítima**, uma vez que não se trata de assunto cuja iniciativa esteja reservada a outro Poder (CF, art. 61, caput)⁶, e propõe a criação de uma data que certamente contribuirá para a promoção do entendimento, da coesão social e da valorização das múltiplas facetas direcionadas para proteção da mulher, data na qual deverá ser intensificado ações e políticas de combate à violência contra a mulher.

Em relação a data escolhida para definir como dia de COMBATE ao feminicídio, a excelentíssima deputada de forma ampla e com embasamento histórico cultural, explica o porquê do dia 25 de março, sendo, além de uma sugestão da rede de enfrentamento ao feminicídio, também em memória ao incêndio ocorrido há 110 anos⁷, onde 129 mulheres,

⁶ Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição

⁷ Triangle Shirtwaist Fire de 25 de março de 1911 é um dos mais terríveis desastres de trabalho da história dos Estados Unidos, uma tragédia que ajudou a inspirar o movimento sindical organizado. Esta sexta-feira assinalam-se 100 anos desde o incêndio que ceifou dezenas de vidas e mudou a face do trabalho norte-americano, especialmente para as mulheres.”



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

trabalhadoras, imigrantes italianas e judias, a maioria Jovem, entre 14 e 23 anos, foram vítimas do fogo e marcou a luta pelos direitos das mulheres.

A proposta também nomeia o Girassol como símbolo do enfrentamento da violência contra as mulheres e do feminicídio, não havendo nada que impeça acatar a sugestão já que a proposta como a própria autora descreve, surgiu de indicações da rede de enfrentamento, o que, subentende-se, que seja de comum e em acordo. Além do mais, o girassol como símbolo no combate à violência é uma metáfora poderosa que carrega significados profundos e inspiradores; representa uma busca pela transformação positiva, pela esperança, e pelo empoderamento em face da adversidade.

Como dito essa competência é concorrente, mas detém algumas regras, sendo a principal a vedação em criar atribuições aos órgãos do Poder Executivo, sob pena de violação ao princípio constitucional da separação dos poderes, encartado no art. 2º da Constituição Federal. É importante que se fique devidamente esclarecido que, a invasão de competência privativa pelo legislativo, **se traduz em inconstitucionalidade formal, insuscetível de produzir qualquer consequência válida de ordem jurídica**

É o que temos disposto no artigo 4º da referida proposta: uma invasão da competência privativa do executivo, e para não prejudicar matéria tão importante, sugerimos sua supressão, isto porque a regra do artigo 4º transfere encargos ao poder executivo, **ainda que condicionado a uma análise discricionária do chefe do Poder Executivo**, mas, de toda a forma, ingere na própria administração pública.

II.4. da técnica legislativa e redação

Diante da análise feita quanto à técnica legislativa e redação somos favoráveis a apresentação de emendas pelos seguintes motivos:

1. Para que a proposta se enquadre nos aspectos da constitucionalidade e legalidade, formal e material, para tanto é necessária a supressão do art. 4º, o que se não observado, poderá prejudicar a matéria, inclusive podendo ser alvo de veto.

2. Em vista da existência de Lei dispondo de tema similar, inserindo data como dia de combate ao feminicídio, e sendo a proposta analisada objeto de uma sugestão da rede de enfrentamento, é necessário incluir a cláusula de revogação para a Lei já existente, o qual sugerimos na emenda modificativa, anexada a este parecer. Importante destacar que o Direito está sempre em transformação, e já a algum tempo, governantes, parlamentares e especialistas do Direito permitiram-se enxergar a ineficiência da expressão **“revogam-se as disposições em contrário”** levando a alteração ao Art. 9º⁸ da Lei Complementar n.º 95/1998⁹, trazendo a revogação expressa **como determinação legal**, necessária dos artigos ou leis.

A três, com a máxima vênica, sugerimos também a alteração da redação da ementa, eis que o nome científico está faltando uma letra, e o final da ementa, fica mais

⁸ Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas”.

⁹ Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

compreensível se substituída para: (...) como símbolo do enfrentamento da violência contra as mulheres e **contra o** feminicídio.

Portanto, ao final, concluímos que:

1. A proposta traz como ponto principal a criação de data comemorativa, alusiva ao combate ao feminicídio;
2. Traz ainda a representação do girassol como símbolo de combate à violência contra a mulher e ao feminicídio;
3. A ingerência em atividades exclusivas do Poder Executivo disposta no artigo 4º requer a sua supressão;
4. A proposta não institui feriado, mas a instituição da data visa a conscientização, da saúde e proteção no combate à violência contra mulheres e ao feminicídio.
5. A proposta requer emendas para sua aprovação.

Por fim, vinculado estritamente à competência desta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no que tange aos aspectos constitucionais, legais, regimentais e de técnica legislativa entendemos que a proposta precisa ser aprovada, mas com as emendas acostadas, para que possa seguir o trâmite legislativo sem violar qualquer preceito constitucional tão pouco invadir competência privativa.

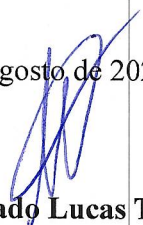
CONCLUSÃO –

Pelo exposto, com base na apreciação dos dispositivos constantes do projeto, considerando as justificativas apresentadas pela Excelentíssima Deputada Cláudia de Jesus, autora da proposta, mas sobretudo, amparado nos fundamentos legais, e diante da importância da proposta, somos favoráveis à sua aprovação, com as emendas acostadas a este Parecer.

PARECER: VOTO FAVORÁVEL COM EMENDAS

É o parecer, s.m.j

Sala das Comissões, 09 de agosto de 2023.


Delegado Lucas Torres
Deputado Estadual
Membro CCJR



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

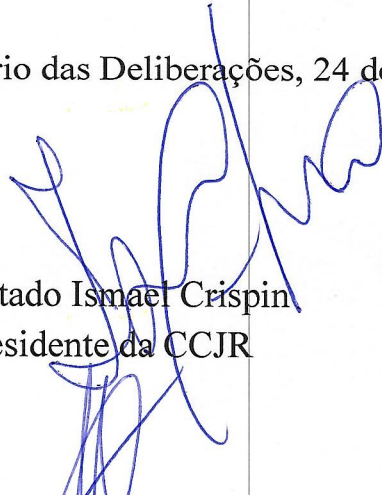
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DAS COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PARECER Nº 198/23

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação em reunião plenária realizada hoje, aprovou por unanimidade o parecer do relator Deputado Lucas Torres, favorável com emenda, ao Projeto de Lei nº 111/2023 de autoria da Deputada Cláudia de Jesus. Institui no calendário estadual o dia 25 de março, como Dia Estadual pelo Fim do Feminicídio, no âmbito do Estado de Rondônia e designa a inflorescência do Girassol, *Helianthus annuus*, como símbolo do enfrentamento da violência contra as mulheres e do feminicídio.

Estiveram presente e votaram os Senhores Deputados: Deputado Ismael Crispin, Deputado Delegado Camargo, Deputada Dra. Taíssa, Deputado Luizinho Goebel e Deputado Alan Queiroz.

Plenário das Deliberações, 24 de outubro de 2023.



Deputado Ismael Crispin
Presidente da CCJR



Deputado Lucas Torres
Relator